



**Extensio  
UFSC**

Revista Eletrônica  
de Extensão

## DESAFIOS DA ACESSIBILIDADE NO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA UFSC: AJUDANDO A TRANSFORMAR A REALIDADE

**Luciana Neves da Silva Bampi**  
Universidade Federal de Santa Catarina  
luciana.bampi@ufsc.br

**André Felipe Britto de Mesquita**  
Universidade Federal de Santa Catarina  
andrefbmesquita@gmail.com

**Milena Zuchetto Soares**  
Universidade Federal de Santa Catarina  
milenzuchetto3@gmail.com

**Cristine Moraes Roos**  
Universidade Federal de Santa Catarina  
cristine.roos@ufsc.br

**Karinati Rocha da Silva**  
Universidade Federal de Santa Catarina  
karinatirs@hotmail.com

**Soraia Dornelles Schoeller**  
Universidade Federal de Santa Catarina  
soraia.dornelles@ufsc.br

### Resumo

Objetivo: descrever as vivências de estudantes do curso de graduação em enfermagem ao integrar o projeto de extensão Desafios da acessibilidade no campus universitário da UFSC: transformando a realidade e o processo de formulação e implementação dessa atividade. Método: relato de experiência fundamentado nas vivências experimentadas pelos acadêmicos. Resultados: Os dados revelaram que o conceito de deficiência para os acadêmicos era imerso em estigmas sociais e culturais distantes da concepção de diversidade humana, assim como ficou evidente que apenas considerava-se acessibilidade medidas físicas de adaptação, suprimindo qualquer outra medida social ou comportamental. Conclusão: Tendo em vista que a deficiência é um fenômeno complexo que exige intervenções coletivas para eliminar barreiras do ambiente e da sociedade, acredita-se que é essencial estimular discussões a este respeito.

**Palavras-chave:** Pessoas com Deficiência. Acessibilidade Arquitetônica. Ajustamento Social. Sensibilização Pública. Enfermagem.

## CHALLENGES OF ACCESSIBILITY AT UFSC'S UNIVERSITY CAMPUS: HELPING TO TRANSFORM REALITY

### Abstract

Objective: to describe the experiences of undergraduate nursing students when integrating the extension project Challenges of accessibility at the UFSC's university campus: transforming reality and the process of formulating and implementing this activity. Method: An experience report based on perceptions experienced by scholars. Results: The data revealed that the concept of disability for scholars was immersed in social and cultural stigmas distant from the concept of human diversity, as well as it became evident that only physical measures of adaptation were considered accessible, suppressing any other social or behavioral measure. Conclusion: Bearing in mind that disability is a complex phenomenon that requires collective interventions to remove barriers from the environment and society, it is believed that it is essential to encourage discussions in this regard.

**Keywords:** Disabled Persons. Architectural Accessibility. Social Adjustment. Public Awareness. Nursing.

## DESAFÍOS DE LA ACCESIBILIDAD EN EL CAMPUS UNIVERSITARIO DE LA UFSC: AYUDANDO A TRANSFORMAR LA REALIDAD

### Resumen

Objetivo: describir las experiencias de los estudiantes de enfermería al integrar el proyecto de extensión Desafíos de accesibilidad en el campus universitario de la UFSC: transformar la realidad y el proceso de formulación e implementación de esta actividad. Método: relato de experiencia basado en las experiencias vividas por académicos. Resultados: Los datos revelaron que el concepto de discapacidad para los académicos estaba inmerso en estigmas sociales y culturales alejados del concepto de diversidad humana, así como se hizo evidente que solo las medidas físicas de adaptación se consideraban accesibles, suprimiendo cualquier otra medida social o conductual. Conclusión: Teniendo en cuenta que la discapacidad es un fenómeno complejo que requiere de intervenciones colectivas para eliminar las barreras del medio ambiente y la sociedad, se cree que es fundamental estimular las discusiones al respecto.

**Palabras clave:** Personas con Discapacidad. Accesibilidad Arquitectónica. Ajuste Social. Sensibilización Pública. Enfermería.



## INTRODUÇÃO

Para a Organização Mundial da Saúde (2017), deficiência é um fenômeno complexo, que reflete a interação entre características corporais e sociais. Para compreender a deficiência e os caminhos que levaram à situação atual dos deficientes, faz-se necessário conhecer o percurso histórico dessa experiência. Os modelos de análise conceitual da deficiência foram influenciados histórica e contemporaneamente pela sociedade.

O modelo caritativo teve início durante a Era Cristã, sendo científica e moralmente aceito. Esse modelo percebia a pessoa com deficiência (PCD) como vítima merecedora de caridade e de ajuda. Atuava em benefício desta, que era vista como vítima de sua incapacidade, tendo uma vida trágica e sofrida. Portanto, pessoas não deficientes deveriam ajudá-la no que fosse possível. Nesse contexto, originaram-se diferentes instituições sociais: orfanatos, asilos e hospícios, os quais ofereciam atendimento aos indivíduos necessitados (RETIEFI; LETSOSA, 2018).

Esse modelo tem aspectos negativos, à medida que reforça a percepção da pessoa com deficiência como impotente, necessitada, deprimida e dependente de outras pessoas para o cuidado e a proteção, contribuindo para a preservação de estereótipos equivocados e nocivos (RETIEFI; LETSOSA, 2018).

Durante o século XVIII, a deficiência passou a ser vista como um problema médico, não somente de caridade. Embora a lógica assistencialista continuasse presente, a ciência e a sociedade começaram a compreender a deficiência desassociando-a de bruxarias e de outras explicações místicas, observando a relação de causa-efeito e buscando descobrir a cura para as patologias existentes. No modelo médico, a deficiência é vista como um problema relacionado ao processo de saúde e doença, o qual reside no indivíduo. É um defeito ou falha de um sistema ou função corporal. Nesse sentido, é compreendida como inerentemente anormal e patológica, e por consequência, as metas de intervenção médica incluem a cura, a melhoria da condição física, na medida do possível, e a reabilitação (BAMPI; GUILHEM; ALVES, 2010, RETIEFI; LETSOSA, 2018).

Na década de 1960, no Reino Unido, o modelo social estruturou-se em oposição às ideias do modelo médico. Apontando criticamente para o modo como a sociedade se organizava, desconsiderando a diversidade das pessoas e excluindo os deficientes de meios sociais e políticos. O modelo identificou três barreiras principais que a PCD enfrentava: físicas, atitudinais e institucionais (BAMPI; GUILHEM; ALVES, 2010, RETIEFI; LETSOSA, 2018).

A ideia fundamental do modelo social é que a deficiência não deve ser compreendida como um problema individual, mas uma questão do convívio em sociedade, o que transfere a responsabilidade pelas desvantagens das limitações corporais do indivíduo para a incapacidade da sociedade em prever e se ajustar à diversidade (BAMPI; GUILHEM; ALVES, 2010, FIORATTI; ELUI, 2015).

A inclusão social é um paradigma que se aplica aos mais variados espaços físicos e simbólicos. É o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são elaborados e adequados para a diversidade humana, com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações (SASSAKI, 2009).

A Lei nº 10.098, 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a Promoção da Acessibilidade, “Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”. Essa norma foi criada para garantir direitos igualitários para as PCD ou mobilidade reduzida, proporcionando acesso e qualidade de vida. Determina regras básicas para que a PCD tenha condições de conviver e usufruir da vida como qualquer outro indivíduo na sociedade (BRASIL, 2000).

Segundo a Norma Brasileira 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR 9050, 2015), acessibilidade é definida como a possibilidade e a condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos e elementos, eliminando as barreiras arquitetônicas e urbanísticas. Para ser acessível, no entanto, é necessário proporcionar o alcance, vivenciado por qualquer pessoa, inclusive por aquelas com mobilidade reduzida. Isto constitui um direito universal resultante de conquistas sociais importantes, reforçando o conceito de cidadania e dignidade.

O conceito de acessibilidade é comumente associado a questões físicas e arquitetônicas. Todavia, esse é um conceito muito amplo, estruturado em seis dimensões: (1) arquitetônica, ausência de barreiras físicas; (2) comunicacional, trata da comunicação efetiva, alternativa caso necessário, entre as pessoas; (3) metodológica e instrumental, sem barreiras nos métodos, técnicas, instrumentos e ferramentas de lazer, trabalho, educação; (4) programática, relacionada com as políticas públicas, as leis, as normas e os regulamentos, sendo institucional ou empresarial; (5) atitudinal, ligada a preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações no comportamento da sociedade para com os deficientes; e (6) tecnológica, integrada a acessibilidade digital (PIVETTA; ALMEIDA; SAITO; ULBRICHT, 2016; SASSAKI, 2009).

No último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, averiguou-se que cerca de 45,6 milhões de brasileiros declararam ter pelo menos

um tipo de limitação, seja visual, auditiva, motora ou mental/intelectual. Essas pessoas representam 23,9% da população do País (IBGE, 2010). Quase um quarto dos brasileiros convive com uma ou mais limitações, e muitos, talvez a maioria, tem ou terá alguma restrição ou redução funcional durante o curso da vida. Embora a deficiência possa ocorrer em todas as idades, estima-se que após os 60 anos seja mais frequente a ocorrência de déficits relacionados à visão, à audição ou à capacidade de locomoção. Como a população envelhece gradativamente, a prevalência de deficiência continuará a crescer, com consequências pessoais e sociais, bem como na saúde e nos custos e gastos da sociedade (LAWRENCE; GOSTIN, 2015).

Os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apontaram que nos últimos anos houve um aumento do número de matrículas de PCD no ensino superior no País. A inclusão educacional foi impulsionada por um conjunto de medidas inseridas na legislação brasileira. As medidas protetivas garantem o acesso e a permanência das PCD no ensino superior, destacando-se, entre outras, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9.394 (1996d), a Portaria nº 3.284 (2003c), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008b), o Decreto nº 7.611 (2011) e a Lei nº 13.146 (2015f) (MELO; ARAÚJO, 2018).

O objetivo da inclusão educacional é inserir todos os indivíduos no sistema de ensino, priorizando o respeito às diferenças. Além de materiais e de currículos adaptados, estratégias de ensino inclusivas e acessibilidade em todas as dimensões (arquitetônica, instrumental e pedagógica), grandes mudanças nas concepções de ensino e aprendizagem, valorização da diversidade, discussões e exercícios educativos referentes à quebra de barreiras atitudinais, para que as transformações necessárias sejam realmente alcançadas (MELO; ARAÚJO, 2018).

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tem mais de 45 mil alunos em seus 103 cursos de graduação presenciais. Em 2017, a instituição passou a disponibilizar no vestibular cota de vagas para deficientes. Dados de 2018 demonstraram que 252 acadêmicos declararam alguma limitação física ou mental. Para acolher a diversidade e a pluralidade de estudantes que a UFSC recebe, é necessário melhorar a acessibilidade do campus e dos cursos de graduação. Para isso existe a Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE), vinculada à Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD), que atuam junto aos cursos de graduação e atendem ao princípio da garantia dos direitos das PCD, propiciando autonomia pessoal e acesso ao conhecimento (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2020).

Nesse contexto, o projeto de extensão “Desafios da acessibilidade no campus universitário da UFSC: transformando a realidade” vem somar forças às iniciativas desenvolvidas no seio da

universidade no sentido de promover a sensibilização e a reflexão acerca da diversidade e da acessibilidade. O presente estudo objetiva descrever o desenrolar do projeto de extensão supracitado, desde a descoberta da necessidade até a implementação no contexto estudantil.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Trata-se de relato de experiência referente ao processo de formulação, implementação e vivência das atividades extensionistas desenvolvidas no projeto intitulado “Desafios da acessibilidade no campus universitário da UFSC: transformando a realidade”. O projeto está vinculado ao Laboratório de Ensino, Pesquisa, Extensão e Tecnologia em Saúde, Enfermagem e Reabilitação (Re-Habilitar). Este grupo de trabalho pertence ao Programa de Pós-graduação em Enfermagem da UFSC, foi criado em maio de 2017 e tem como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade de vida da PCD e sua rede, assim como ensino, pesquisa e extensão. A atividade de extensão foi concebida no início do ano de 2018 e apresenta-se em vigência até o presente momento.

A amostra populacional incluída na pesquisa envolveu: 03 alunos de graduação em Enfermagem com vínculo de bolsista de extensão pelo grupo (Re)Habilitar; 02 alunos de graduação em Enfermagem voluntários; 06 alunas de pós-graduação em Enfermagem (mestrado e doutorado) voluntárias; 03 docentes do Departamento de Enfermagem voluntárias; 01 professora coordenadora do projeto vinculada à UFSC. Em consonância ao simbolismo histórico do fenômeno em estudo, o presente relato levará em conta os depoimentos dos alunos de graduação e pós-graduação em Enfermagem que desenvolveram as atividades extensionistas do projeto vigente, bem como as perspectivas da professora coordenadora do projeto. Serão descritas as atividades do projeto por toda sua trajetória. Esse projeto teve início no dia primeiro de março de 2018 e tem suas ações extensionistas ocorrendo até os dias de hoje. Vale ressaltar que, diante da situação de pandemia, as atividades presenciais cessaram, temporariamente, a partir de março de 2020, mas, por outro lado, foram desenvolvidas atividades virtuais para sensibilizar e discutir a temática da acessibilidade e deficiência através das mídias digitais do grupo de pesquisa.

O projeto de extensão e, conseqüentemente, o presente relato, ocorreu em nove etapas, desde o princípio da atividade até os dias atuais. A primeira etapa envolveu a aproximação dos membros do grupo Re-Habilitar com a questão central a ser desvelada, a acessibilidade. Após estudos e discussões sobre o tema, foi concebido o projeto de extensão. A partir disso, o segundo momento consistiu na apresentação do projeto de extensão aos discentes de diversos centros do

campus universitário, convidando-os para participar de uma oficina de ação-reflexão acerca da temática. Essa atividade foi denominada “Um dia diferente”. No terceiro momento ocorreu a investigação dos conhecimentos prévios dos participantes sobre diferença, deficiência e acessibilidade, bem como a possibilidade de encaminhamento de sugestões para melhorias que permitissem tornar o campus universitário da UFSC mais acessível. A quarta etapa envolveu a ação extensionista propriamente dita, foram realizadas oito edições da oficina “Um dia diferente” contando com 118 discentes de graduação de diversos cursos, enfermagem, medicina, odontologia, psicologia, engenharia civil, arquitetura, letras-libras, serviço social, direito, entre outros. Na atividade os participantes, estudantes de graduação, são convidados a estar no lugar de PCD (utilizando, por exemplo, auxílio locomoção - cadeira de rodas, andador, muletas, bengalas - ou apetrecho que simule uma limitação - tapa olhos e isolantes de som nos ouvidos) durante as atividades no campus universitário (simulação). Ao final da oficina são convidados a refletir a partir das vivências da simulação, sobre as facilidades e as dificuldades encontradas no cotidiano do campus estando no lugar de PCD e as possíveis intervenções nessa realidade. A quinta etapa envolveu o registro visual em forma de fotos e de vídeos das atividades desenvolvidas, visando a elaboração e a publicação de um documentário. O sexto momento envolveu a aplicação de um instrumento para compreender os conhecimentos dos participantes, adquiridos ou modificados, após a experiência de simulação, sobre os temas abordados, bem como sugestões para a melhoria da acessibilidade no campus. Vale ressaltar que a terceira, a quarta, a quinta e a sexta etapas foram desenvolvidas concomitantemente. O sétimo momento envolveu um evento, realizado no auditório do Centro de Ciências da Saúde, para exposição do documentário e uma roda de conversa para discutir as questões relacionadas à acessibilidade física e social na comunidade acadêmica. A oitava etapa tratou do desenvolvido e da publicação de um trabalho de conclusão de curso (TCC) de graduação sobre a Percepção de estudantes de graduação em enfermagem sobre deficiência e acessibilidade. No nono momento foi elaborado e validado, junto a graduandos de diversos cursos, de um folder educativo sobre diferença, deficiência e acessibilidade. A partir do nono momento, instalou-se a pandemia, tornando proibitiva a execução de atividades presenciais, isto posto, foram desenvolvidos artes e textos para divulgação da temática nas mídias digitais do grupo Re-Habilitar, bem como realizaram-se *lives* no Instagram oficial do grupo com convidados *experts* para falar sobre o tema foco. Hoje o projeto está na décima etapa, que envolve a realização de vídeos curtos, crônicas, nas quais PCD contam suas perspectivas sobre acessibilidade e os demais conceitos abordados pelo projeto de extensão.

Em parceria com o Centro de Ciências da Saúde e Pró-Reitoria de Extensão, os acadêmicos realizaram diversas atividades ao longo do tempo do projeto. Os estudantes fizeram: a reflexão e investigação literária do conhecimento produzido acerca do fenômeno em estudo; a busca ativa de participantes em diversos centros do campus universitário; uma pesquisa antes e depois da ação para compreender o conhecimento e mudanças paradigmáticas nas percepções dos participantes; a promoção da reflexão-ação através da comunicação e experiência vivencial; publicação de materiais científicos e documentário. Acerca das questões éticas envolvidas nas pesquisas que surgiram e possam surgir frutos das atividades desenvolvidas no projeto de extensão, a exemplo do presente manuscrito, foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC (CEP UFSC) um macroprojeto intitulado “Desafios da acessibilidade no campus universitário da UFSC: transformando a realidade”. Esse protocolo, CAAE 77594217.0.0000.0121, foi aprovado em 11 de março de 2018.

### **RESULTADOS E ANÁLISES**

O projeto de extensão Desafios da acessibilidade no campus universitário da UFSC: transformando a realidade teve início no dia primeiro de março de 2018 e está vigente. Vale ressaltar que, diante da situação de pandemia, as atividades presenciais cessaram, temporariamente, a partir de março de 2020, mas, por outro lado, foram desenvolvidas atividades virtuais para sensibilizar e para discutir as temáticas diferença, deficiência e acessibilidade por meio das mídias digitais do grupo Re-Habilitar.

Por meio do projeto, que representa uma parceria do Departamento de Enfermagem, do Centro de Ciências da Saúde e da Pró-Reitoria de Extensão da UFSC, os acadêmicos, que integram ou integraram o projeto de extensão, realizaram diversas atividades ao longo do tempo. Fizeram levantamento bibliográfico sobre os temas diferença/diversidade, deficiência e acessibilidade. Discutiram e refletiram sobre esses temas; buscaram ativamente os estudantes de graduação em diversos centros do campus universitário da UFSC; implementaram as oficinas “Um dia diferente”; desenvolveram pesquisa sobre a temática com os graduandos antes e após as oficinas, com intuito de compreender o conhecimento e se houve mudanças na percepção dos participantes sobre os temas; promoveram atividades de reflexão-ação por meio da comunicação e da experiência vivencial; produziram e publicaram um documentário e um folder educativo; e apresentaram o projeto de extensão e os produtos das atividades realizadas em eventos internacionais e nacionais, a exemplo do Congresso Internacional de Enfermagem de Reabilitação, realizado em Évora,

Portugal, em dezembro de 2018 e do IV Seminário Internacional de Atualidades em Enfermagem de Reabilitação, realizado em Florianópolis, Brasil, em novembro de 2019. Outros materiais científicos estão em desenvolvimento e em processo de publicação.

Desde 2018, muitos graduandos participaram das atividades desenvolvidas no âmbito do projeto de extensão. Muitos estudantes foram sensibilizados em relação aos temas diferença, deficiência e acessibilidade. A experiência de integrar o projeto foi muito rica e rendeu aos que integraram o projeto, que ora expõe suas experiências, um aprendizado dinâmico, participativo, conforme preconizado pelo construtivismo. Muitos foram os frutos desse projeto, produtos forjados a muitas mãos, que com certeza poderão apoiar a UFSC no que concerne às ações empreendidas para a inclusão educacional e social de todos sem distinção. Apresenta-se, assim, os produtos do projeto Desafios da acessibilidade no campus universitário da UFSC: transformando a realidade, em ordem cronológica.

Em 2018 foi desenvolvido o projeto com base nas narrativas de discentes de enfermagem sobre o desconhecimento ao abordar à PCD no processo de cuidado. A professora coordenadora do projeto, apoiada pelos demais membros do grupo Re-Habilitar, elaborou um projeto que envolveria múltiplas etapas, bem como fortaleceu a busca na literatura para a consolidação de conceitos importantes para a atividade. O processo de reconhecimento teórico do fenômeno, evidenciou muitas lacunas acerca da temática, principalmente quando atravessada pelas questões relacionadas à saúde e ao cuidado de enfermagem. Diante disso, os integrantes do projeto mantiveram-se engajados na busca de conteúdos atualizados. A abordagem para essa constante análise bibliográfica fundamentou-se em revisões da literatura por meio do acesso a base de dados indexadas, a exemplo da National Library of Medicine (PubMed), Cumulative Index to nursing and Allied Health Literatura (CINAHL), Web of Science, Scientific Electronic Library On line (SCIELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), entre outras.

Com a capacitação de todos os membros do projeto de extensão, chegou o momento de convidar outros discentes de graduação devidamente matriculados na UFSC para participar das atividades. Os bolsistas realizaram busca ativa com abordagem corpo a corpo na saída dos turnos manhã, tarde e noite nos centros de ensino da universidade, no restaurante universitário e na biblioteca central. Essa etapa permitiu acessar pessoas interessadas no tema e sensibilizar os acadêmicos sobre a relevância do problema, bem como possibilitou vislumbrar como o projeto poderia se materializar no campus universitário. Desse momento, três fatos começaram a emergir:



1. Existia uma percepção temática por parte dos graduandos, contudo poucos tinham conhecimentos acerca dos termos diferença, deficiência e acessibilidade;
2. As modalidades de acessibilidade eram consideradas pelos graduandos como pouco visíveis no campus universitário;
3. Havia espaço para o conhecimento, a reflexão e, inclusive, para a busca de mudanças para tornar o Campus Universitário da UFSC mais acessível.

Dessa maneira, os discentes que se interessassem em participar da ação educativa, “Um dia diferente”, foram convidados a responder um formulário virtual antes da ação. Essa medida tinha intenção de compreender quais eram os conceitos prévios dos participantes acerca do fenômeno estudado. Foi utilizado o software Socrative Student e os dados foram tabulados em uma planilha de Excel para posterior análise e documentação de evidências. Os dados revelaram que o conceito de deficiência para os acadêmicos era imerso em estigmas sociais e culturais distantes da concepção de diversidade humana, assim como ficou evidente que apenas considerava-se acessibilidade a introdução de medidas físicas de adaptação, suprimindo qualquer outra medida social ou comportamental.

As oficinas de sensibilização “Um dia diferente” ocorreram de modo presencial, com grupos de 10 a 15 discentes de graduação, que num primeiro momento participaram de um “despertar” para a questão central da ação extensionista. Esses encontros aconteceram em uma sala de técnicas alternativas de ensino, a qual apresentava tatame em todo o chão, permitindo uma fluidez e distribuição mais agradável dos participantes. Com todos sentados em roda no chão, a professora coordenadora do projeto iniciava a atividade propondo um diálogo elucidador sobre diferença, deficiência e acessibilidade. A partir de então os acadêmicos experimentavam a vivência simulada de uma limitação física, a exemplo da imobilização de membros, uso da cadeira de rodas, uso de venda nos olhos ou dispositivos para reduzir a acuidade auditiva.

Vale ressaltar que esses discentes foram acompanhados durante toda a experiência por tutores voluntários, de forma a garantir a segurança do processo, e que a vivência durou aproximadamente duas a três horas. Durante esse período os participantes desenvolveram atividades corriqueiras no campus universitário, como ir à biblioteca, à cantina ou ao xerox. Ao final, todos retornaram e debateram a experiência em grupo.

Cumprindo os requisitos éticos e legais, a partir da assinatura do termo de concordância sobre o uso de imagem e som, as oficinas foram filmadas através de dispositivos profissionais de gravação audiovisual. A intenção dessa filmagem foi a produção de um documentário que evidenciasse recortes da atividade, mas também pudesse dar voz a membros da comunidade

universitária que, realmente vivenciam os desafios da acessibilidade e muitas vezes são invisibilizados pela comunidade. O documentário conta com a participação de uma equipe de gravações, três PCD foram entrevistadas e também se obteve a colaboração de um intérprete de libras para a tradução do documentário. Ao final, com aproximadamente 23 minutos de duração, traz muitas reflexões sobre experiências de acessibilidade. O documentário encontra-se disponível no canal oficial do Re-Habilitar no YouTube sob o link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=CpnsKBeffww&feature=youtu.be>

Outro produto do projeto foi um folder educativo, intitulado “Você sabe o que é acessibilidade? Esse trabalho foi desenvolvido pelos integrantes do projeto e utilizou imagens obtidas durante as oficinas. O conteúdo do folder foi validado, por estudantes de graduação, que participaram de uma das oficinas “Um dia diferente”. Essa ferramenta educacional visa à sensibilização de estudantes e de outros coletivos sobre o tema acessibilidade, assim como a divulgação do projeto de extensão.



Figura 1: Folder intitulado “Você sabe o que é acessibilidade?”

O desenvolvimento do projeto de extensão permitiu também a realização de pesquisas, a exemplo de um trabalho de conclusão de curso (TCC) de graduação, no caso de uma enfermeira, cujo título foi “Desafios da acessibilidade no campus da Universidade Federal de Santa Catarina: conhecendo a realidade na enfermagem”. Esse trabalho foi adaptado ao formato de artigo científico, estando em processo de avaliação por revista indexada na área de enfermagem.

Foi aplicado ainda outro formulário virtual após as ações extensionistas, “Um dia diferente”, para compreender as conceptualizações dos participantes acerca do fenômeno estudado. Foi utilizado o software Socrative Student e os dados foram tabulados em uma planilha de Excel para posterior análise e documentação de evidências. Os dados revelaram que, após a intervenção, a percepção sobre a temática modificou, permitindo uma visão mais empática da experiência da deficiência e das dificuldades e barreiras relacionadas a acessibilidade. Os participantes compreenderam a relevância de aspectos atitudinais, assim como soluções físicas, arquitetônicas, como potências para incrementar acessibilidade no campus universitário.

O projeto caminhava em uma trajetória consolidada e segura até que, em março de 2020, o mundo inteiro parou com o surgimento da Pandemia da COVID-19. Assim como diversas áreas da universidade, as atividades do projeto precisaram ser remodeladas para o ambiente virtual. Nesse cenário, passou-se a trabalhar em prol da sensibilização da comunidade por meio da produção de material informativo para divulgação no site oficial do Re-Habilitar disponível no link <https://rehabilitar.paginas.ufsc.br/> e na página da mídia social do Instagram disponível no link <https://www.instagram.com/rehabilitarufsc/>. Foram realizadas mais de 380 publicações em formato de imagens, vídeos ou informativos, gravadas 60 *lives* com convidados *experts* nas áreas de pedagogia, sociologia, saúde e enfermagem, realizadas enquetes e pesquisas para conhecer as necessidades de discussões temáticas nas redes sociais, elaborados seminários virtuais sobre temáticas de interesse e recomendadas muitas leituras para abordagem dos temas diferença, diversidade, deficiência, acessibilidade e reabilitação. Como exemplo das atividades virtuais realizadas cita-se o seminário virtual, I Webinar de Neurociências com foco em Reabilitação, o qual aconteceu no dia 18 de julho de 2020, e incluiu a palestra “Quebras de Paradigmas e Concepções de Reabilitação” que abordou temas como deficiência e acessibilidade no sistema de saúde na visão dos profissionais. Outro exemplo foi o Talk Science intitulado “O viver da pessoa pós AVC e sua sexualidade”, realizado na plataforma YouTube do Re-Habilitar, no dia 18 de julho de 2020, envolvendo uma PCD e profissionais da área da saúde.

Em meio ao distanciamento social, empreendeu-se também uma atividade que visa obter, crônicas sobre os desafios da acessibilidade, a partir da experiência de PCD. Ainda em processo construtivo, encerrou-se a fase de coleta dos vídeos e efetua-se a etapa de edição. A intenção é publicar as crônicas no canal do YouTube do Re-Habilitar até julho de 2021. Com isso espera-se dar voz às PCD na luta por acessibilidade e contribuir para a mudança cultural de respeito às diferenças e de inclusão física e social hoje empreendida pela UFSC. Há que se ressaltar, contudo, que, em virtude da decisão da UFSC de não disponibilizar Edital Pro-bolsas para contemplar as

atividades de extensão no ano de 2021, provavelmente as atividades realizadas no âmbito do projeto de extensão serão prejudicadas pela falta de pelo menos um bolsista remunerado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que a deficiência é um fenômeno complexo que exige intervenções coletivas para eliminar barreiras do ambiente e da sociedade, acredita-se que é essencial estimular discussões a este respeito. Assim, por meio deste projeto de extensão, uma mudança na forma de pensar e ver a diferença, a deficiência, a acessibilidade e a inclusão está sendo viabilizada aos graduandos da UFSC. Espera-se que essa transformação posteriormente avance para a comunidade por meio desses estudantes como multiplicadores.

## AGRADECIMENTOS:

Agradecimentos aos membros do projeto de extensão “Desafios da acessibilidade no campus da UFSC: transformando a realidade” e componentes do grupo de pesquisa Re-Habilitar: Adriana Dutra Tholl, Amanda de Oliveira Fernandes, Ana Gabriela Bastos Gentil, Carolina Porcelis Vargas, Daniella Karina Souza Lima, Kenny Silva Del Hoyo, Luana Santos Souza, Lucas Antunes, Maiara Suelen Mazera, Maitê Mirian Will, Micheli Leal Ferreira e Sara Mendes Boeira Lopes.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050, de 11 de outubro de 2015. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. ABNT, 11 out 2015. Available from: <https://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=344730>

BAMPI, Luciana Neves da Silva; GUILHEM, Dirce; ALVES, Elíoenai Dornelles. Social Model: a new approach of the disability theme. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [S.L.], v. 18, n. 4, p. 816-823, ago. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-11692010000400022>.

BIBIANA, Ruguru Ileri; MADRINE, King'endo; ERIC, Wangila; SIMON, Thurairira. Structural modification challenges facing the implementation of inclusive education policy in public secondary schools in Tharaka-Nithi County. **International Journal Of Educational Administration And Policy Studies**, [S.L.], v. 12, n. 2, p. 147-158, 31 jul. 2020. Academic Journals. <http://dx.doi.org/10.5897/ijeaps2020.0661>.

BRASIL. Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 19 dez 2000. Available from: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm).

FIORATI, Regina Celia; ELUI, Valeria Meirelles Carril. Social determinants of health, inequality and social inclusion among people with disabilities. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [S.L.], v. 23, n. 2, p. 329-336, abr. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-1169.0187.2559>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Estado Santa Catarina. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sc>. Acesso em: 24 nov. 18.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Resumo Técnico Censo da Educação Superior 2016. Estado Distrito Federal, Brasília. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/RESUMO+T%C3%89CNICO+CENS+O+DA+EDUCA%C3%87%C3%83O+SUPERIOR+2016/ec7614e6-11ec-467b-931c-43de9676f5e1?version=1.0>. Acesso em: 28 mar. 2021.

LAWRENCE, O.; GOSTIN, J. D. The Highest Expression of American Values. *JAMA*, v. 313, n. 22, 2015

MELO, F. R. L. V.; ARAÚJO, E. R. Núcleos de Acessibilidade nas Universidades: reflexões a partir de uma experiência institucional. *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, Número Especial, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Reabilitação em sistemas de saúde**. São Paulo: Instituto de Medicina Física e Reabilitação do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 2017. 74 p. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/254506/9789241549974-por.pdf?sequence=5&isAllowed=y>. Acesso em: 28 mar. 2021.

PIVETTA, Elisa Maria; ALMEIDA, Ana Margarida Pisco; SAITO, Daniela Satomi; ULBRICHT, Vania Ribas. Desafios da acessibilidade no ensino superior: estudo de caso na universidade de aveiro. **Educação**, [S.L.], v. 39, n. 2, p. 166, 6 set. 2016. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1981-2582.2016.2.24686>.

SASSAKI RK. Inclusão: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**. 2009; 1:10-16. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI\\_-\\_Acessibilidade.pdf?1473203319](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319). Acesso em: 28 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **O que é a CAE?** 2020. Disponível em: <https://cae.ufsc.br/o-que-e-a-cae/>. Acesso em: 28 mar. 2021.

Recebido em: 07/04/2021

Aceito em: 14/04/2021